

## ATA Nº. 2

<b>ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 17-11-2017</b>
--

Aos dezassete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros: -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Manuel António Simões Martins, António Manuel Henriques Miguel, Ricardo José Pires Antunes, Carlos Belo Duarte Alfaia, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

António José Maia Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil Santos Grácio, Carlos Alberto Alves da Silva, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula Matos Vieira Cruz. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Carlos Manuel Godinho Matias, Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão e Pedro Miguel da Silva Santos. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Maria Teresa Alves Mainha. -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Rosa Teresa Alexandre Teixeira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, José Miguel Filipe Baptista e Henrique dos Reis Leal

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse ao membro eleito pelo Bloco de Esquerda, Carlos Manuel Godinho Matias. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do membro, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

---

Continuando deu conhecimento do envio aos membros, do Revisor Oficial de Contas (ROC), sobre a situação económica e financeira do município, a 30 de junho de 2017. -----

Submeteu à votação a aprovação em minuta dos documentos aprovados nas sessões durante o presente mandato, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Deu posse a Maria Teresa Alves Mainha, que substitui António Silvino da Costa Ferreira. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade da eleita e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-a investida nas funções. -----

Atendendo à péssima qualidade na gravação da presente sessão, será impossível transcrever na íntegra todas as intervenções. -----

De seguida foi concedida a palavra a Antonio Mascarenhas, que apresentou o seguinte Proposta de Recomendação: -----

**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

*ASSUNTO: As Primeiras Prioridades.* -----

*O fogo florestal tem-se vindo a revelar como a pior das calamidades com que nos confrontamos anualmente.* -----

*A falta de água é uma preocupação recorrente.* -----

*A bacia do Tejo e em especial a sua parte média corre um elevado risco de incêndios florestais e os níveis freáticos são cada vez mais profundos e a água é de má qualidade em cada vez mais locais e em maiores extensões.* -----

*Os fenómenos que dão origem a estas duas fragilidades nacionais podem ser minimizados e assim diminuir a insegurança e incerteza dos cidadãos.* -----

*Embora as medidas individuais sejam importantes têm de estar integradas em espaços coerentes com os modelos de intervenção. Um destes espaços é a bacia do Tejo.* -----

*O Município do Entroncamento está associado com outros municípios na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e é concertadamente neste espaço geográfico que será mais eficaz o seu contributo e as medidas que vier a adotar.* -----

*A Assembleia Municipal do Entroncamento manifesta a maior preocupação sobre esta realidade que é urgente resolver. A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda à Câmara Municipal que proponha à CIMT a adoção como primeiras prioridades regionais a redução dos riscos dos fogos florestais e a elevação dos níveis freáticos e da qualidade da água na região.* -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**, que leu a sua intervenção: -----

“Os incêndios e a água são de facto questões preocupantes, a merecerem análise e propostas. -----

Simplemente, o PSD coloca os assuntos de forma tão vaga que, sinceramente, ficamos confusos. -----

Primeira questão – a água é de má qualidade. Onde? -----

Estão a referir-se à água para consumo humano? Às águas superficiais? Ao próprio rio Tejo? No final reclamam a elevação dos níveis freáticos e da qualidade da água na região. -----

Como se elevam níveis freáticos? Que estão a sugerir para a melhoria da qualidade da água? -----

E acha mesmo o PSD que deve ser uma primeira prioridade da CIMT a elevação dos lençóis freáticos? -----

Quanto à redução dos riscos dos incêndios florestais. -----

---

Concretamente o que acha o PSD que a CIMENT deve fazer? Qual o papel da CIMENT neste objetivo que deve ser nacional? -----

Gostaríamos de ser esclarecidos, antes de tomarmos uma decisão.” -----

Seguiram-se intervenções dos senhores Mário Balsa e António Mascarenhas, que não foi possível transcrever para a ata. -----

Neste momento, o senhor Presidente da Assembleia interrompeu a discussão deste assunto para dar posse à senhora Maria Teresa Alves Mainha. -----

Deu posse a Maria Teresa Alves Mainha, que substitui António Silvino da Costa Ferreira. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade da eleita e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-a investida nas funções. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção relativamente à Proposta de Recomendação apresentada pelo Partido Social Democrata, o senhor Presidente da Assembleia coloca-a à votação. -----

#### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

A Proposta de Recomendação, apresentada pelo PSD, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente, **Rosa Teixeira** do CDS-PP, apresentou a seguinte Moção: -----

#### **Moção: Entroncamento uma cidade que merece segurança.** -----

Definição de segurança: -----

“O termo segurança abrange variadíssimas exceções. Em linhas gerais, pode-se afirmar que este conceito, que deriva do latim securitas, refere-se à qualidade daquilo que é seguro, ou seja, àquilo que está ao abrigo de quaisquer perigos, danos ou riscos. Quando se diz que algo é seguro, significa que é algo certo, firme/estável e indubitável. A segurança é, portanto, uma certeza.” -----

Definição de Segurança Pública: -----

“A segurança pública implica que os cidadãos de uma mesma região possam conviver em harmonia, onde cada um respeita os direitos individuais do outro. O Estado é o garante da segurança pública e o máximo responsável na hora de evitar as alterações da ordem social. -----

Neste sentido, a segurança pública é um serviço que deve ser universal (tem de abranger todas as pessoas) para proteger a integridade física dos cidadãos e dos seus bens. Para isso, existem as forças de segurança (como a polícia), que trabalham em conjunto com o Poder Judicial. -----

As forças da segurança pública devem prevenir potenciais delitos e reprimir os mesmos assim que estejam a decorrer. Também é função das forças de segurança perseguir os delinquentes e entrega-los à Justiça, a quem compete estabelecer os castigos correspondentes de acordo com a lei.” -----

A segurança pública da nossa cidade tem se vindo a degradar, ao contrário do que afirmam os números. O sentimento de insegurança na nossa cidade é latente, para aferir esta situação basta falar com os nossos munícipes e comerciantes da nossa cidade. -----

---

O desacreditar das forças policiais e do sistema de justiça, leva à não apresentação de muitas queixas, o que faz com que os números da criminalidade não reflitam a realidade. -----

A esquadra da polícia de segurança pública do nosso município, não satisfaz as necessidades básicas de uma esquadra, sendo um edifício antigo e não adequado à realidade da PSP da nossa cidade. -----

O número de efetivos e viaturas da nossa esquadra, não são suficientes para as reais necessidades da nossa cidade e da realidade que vivemos. -----

Nesse sentido a Assembleia Municipal do Entroncamento reunida no dia 17 de novembro de 2017, vem salientar a necessidade de ser refletida no orçamento de estado de 2018, a construção de uma nova esquadra na nossa cidade, ou na impossibilidade da mesma, de uma reestruturação profunda da existente, assim como um reforço de efetivos e meios da PSP na nossa esquadra a título permanente. -----

Que esta moção seja comunicada aos seguintes órgãos: -----

Presidência da República; -----

Presidência da Assembleia da República; -----

Presidência do Executivo Municipal do Entroncamento; -----

Gabinete do Primeiro Ministro; -----

Ministério da Administração Interna; -----

Grupos Parlamentares; -----

Comando Distrital da PSP. -----

A deputada **Teresa Mainha**, leu a seguinte intervenção: “Já vem de longe as nossas preocupações com as instalações, falta de efetivos e outros problemas que é necessário resolver na PSP de Entroncamento. Com efeito, já em março de 2007, o deputado do PCP, António Filipe num requerimento apresentado na Assembleia da República e endereçado ao Ministério da Administração Interna, identificava “um conjunto diversificado de problemas, de entre os quais, assumem maior expressão as instalações inadequadas, a falta de efetivos que compromete o funcionamento de diversos programas e a insuficiência e degradação do parque de viaturas”. O requerimento mais não mereceu que uma resposta “despachada” da Chefe de Gabinete do Ministério. -----

Embora, de momento, não saibamos como é que, a nível local, a situação evoluiu, consideramos que não estamos no mesmo patamar de então. De facto, já no corrente ano foi aprovada a lei 10/2017 que programa para o período de 2017/2021 investimentos, em infraestruturas, veículos, armamento e outros equipamentos, no valor total de 454.607.425€, lei esta que teve a aprovação de todos os partidos representados na Assembleia da República, à exceção do CDS/PP, que se absteve. -----

Assim, não acompanhamos o CDS/PP na votação desta moção, antes nos pronunciamos no sentido de uma recomendação à Câmara Municipal que vá fazendo chegar à tutela as preocupações e exigências de resolução dos problemas com que se confronta a esquadra da PSP.” -----

O deputado **Carlos Matias**, procedeu também à leitura da seguinte intervenção: “A questão da segurança e mais até da segurança percecionada é de facto um assunto crítico na nossa cidade. -----

Não acompanhamos, porém, a afirmação (não provado) de que as forças de segurança e o sistema da justiça estão desatualizados. -----

---

Assim como não é provado que os números da criminalidade não reflitam a realidade. Afinal quais são os números que refletem a realidade? Os do CDS? -----

Mas é verdade que é preciso uma nova esquadra da PSP e mais agentes nas ruas, sobretudo para que possa ser feito um policiamento de proximidade. -----

É aliás, tema recorrente nos programas eleitorais dos diversos partidos. -----

Neste momento, o CDS quer aproveitar a Assembleia Municipal para empurrar a proposta que os seus deputados apresentaram na Assembleia da República. -----

De qualquer forma, seria desejável que, dentro dos equilíbrios orçamentais que tem de existir, fosse prevista a construção de uma esquadra, ou pelo menos a melhoria das instalações policiais no Entroncamento.” -----

Após várias intervenções inaudíveis, o senhor Presidente da Assembleia, colocou a Moção apresentada pelo Centro Democrático Social à votação. -----

### **VOTAÇÃO DA MOÇÃO** -----

A Moção apresentada pelo CDS, foi aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e um voto contra da Coligação Democrática Unitária. -----

**Carlos Matias**, procedeu à leitura da seguinte intervenção: “Como muitos saberão, o Museu Nacional Ferroviário vive um muito preocupante aperto financeiro que poderá vir a colocar em causa a manutenção da sua abertura no próximo ano. -----

As dificuldades de financiamento são um problema recorrente, que já vem de há muito, mas que agora volta a atingir um ponto crítico. -----

É um problema que deve preocupar todos os que percebem a importância do Museu, o município e os próprios trabalhadores que, com tanta dedicação aí laboram. ---

Quero informar que hoje mesmo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, entregou uma proposta de alteração à Lei do OE para 2018, visando alterar a Lei das Fundações por forma a que o Museu possa receber financiamentos adicionais de empresas ou outras instituições. -----

Na sua atual formulação a Lei das Fundações não o permite. -----

Se esta proposta for aprovada na Assembleia da República, como esperamos, creio haver boas expectativas de haver quem mesmo fora do preâmbulo do OE para aumentar o seu contributo para o financiamento do Museu Nacional Ferroviário. -----

Ninguém compreenderá que a proposta do Bloco, não implicando nenhum encargo orçamental do OE venha eventualmente a ser chumbada. -----

Vamos, portanto, esperar que neste momento difícil seja possível mais uma vez, conjugar forças dentro e fora da Assembleia da República para garantir a subsistência do nosso Museu Nacional Ferroviário.” -----

**Manuel Faria** apresentou a seguinte intervenção escrita: -----

### **1. Constituição do Executivo** -----

Em primeiro lugar, queremos dar conhecimento aos munícipes do Entroncamento que esta equipa de gestão constituída pelo novo mandato de Jorge Faria é maior e mais cara de sempre para a autarquia do Entroncamento, sendo constituído por 4 vereadores, 1 Chefe de Gabinete e 1 Adjunto. É o mais oneroso de sempre da nossa cidade. -----

Dizem as melhores práticas de gestão que em períodos de clima económico favorável, e de alguma folga orçamental, neste caso aplicadas à gestão autárquica, devemos investir no que cria valor direto, duradouro e sustentável em termos económicos e sociais para os munícipes e para a cidade, e no que permite efetivamente melhorar a qualidade dos serviços prestados; já as más práticas, pela sua inversa, são

---

aquelas, que por exemplo, aumentamos os custos da autarquia para retribuir favores pessoais ou servir interesses políticos. -----

Também dizem as melhores práticas de gestão de recursos humanos, que primeiro identificamos a necessidade de ter uma função que precisamos que alguém assuma. -----

Depois identificamos e selecionamos objetivamente a pessoa que melhor preencha os requisitos para o cabal desempenho da mesma; já as más práticas, pela sua inversa, são aquelas em que primeiro decide-se “temos que pôr aquelas pessoas na câmara municipal dê por onde der”, depois cria-se propositadamente uma função para essas pessoas e a seguir anda-se à procura de coisas para lhes dar que fazer. -----

**Em segundo lugar**, queremos deixar um apontamento para as obras de beneficiação realizadas no Bairro Social da Rua General Humberto Delgado. Estas obras não foram devidamente acompanhadas, ou não tiveram mesmo acompanhamento a não ser visitas de estado pré-eleitorais. E apenas 1 mês da sua conclusão, os resultados estão à vista com várias infiltrações, inundações, rebentamento de condutas, entre outras importantes relativas a danos nas infraestruturas básicas. E ainda só caíram as primeiras chuvas... -----

**Em terceiro lugar**, queremos deixar uma questão ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia. Os atuais Chefe de Gabinete e Adjunto da Presidência nomeados pelo Presidente Jorge Faria, são também elementos desta Assembleia. Ora, são membros da equipa de gestão deste Executivo onde participam, direta e indiretamente em processos, decisões, responsabilidades e atividades do executivo e ao mesmo tempo pertencem a esta Assembleia que tem competências e responsabilidades maiores de fiscalização e apreciação do trabalho do Executivo. -----

Sr. Presidente, o perfil e o carácter de uma pessoa definem-se pelos seus valores, conhecimentos, ações, decisões, opiniões, etc. quando servem princípios de vida e/ou não interesses políticos de ouvir a sua digna opinião sobre esta situação para que conste desde já como algo que o define e que fique para memória futura do funcionamento e dos valores desta Presidência e, em parte, desta Assembleia. -----

Qual é a sua opinião e posição efetiva sobre este facto? “ -----

Passou-se de seguida à intervenção do público. -----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Pediu a palavra **Silva Neves**, que se referiu à construção da ciclovias por cima da Ribeira de Santa Catarina e à construção de habitações sobre a mesma Ribeira, solicitando uma informação sobre a resolução deste problema. -----

Seguidamente o senhor Presidente da Câmara, agradeceu a presença do público, tendo respondido ao senhor Silva Neves. -----

Passou-se de imediata à ordem dos trabalhos. -----

#### **ORDEM DOS TRABALHOS** -----

#### **PONTO NÚMERO UM** -----

#### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO PARA O QUADRIÉNIO DE 2017-2021** -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu que havendo propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda e Partido Socialista, seria conveniente formar uma comissão de revisão do regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento, constituída pela mesa e um membro de cada partido com representação na Assembleia Municipal. -----

Havendo consenso na intervenção do senhor Presidente da Assembleia, o ponto número um da ordem dos trabalhos foi retirado para futura discussão e votação numa próxima assembleia. -----

---

## **PONTO NÚMERO DOIS**

### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2018**

Seguidamente, **Pedro Santos**, do Bloco de Esquerda apresentou a seguinte intervenção: -----

**Antes de mais, requeiro** que os ponto 1, 2 e 4 sejam votados em separado, pois estamos a falar de assuntos completamente diferentes, sobre os quais temos posições diferentes. -----

Sobre o ponto 1 taxa de IMI, achamos que a proposta apresentada pelo executivo de manter a taxa de IMI em 0,35 % podia ir mais além. Com o fim das bonificações de IMI atribuídas aos compradores de habitação própria permanente a tendência dos próximos anos levará a um aumento da receita nos cofres da autarquia. Uma redução da taxa iria beneficiar as famílias que pretendem adquirir ou já possuem habitação própria na cidade ao invés de irem para localidades vizinhas, como por exemplo Vila Nova da Barquinha onde a taxa cobrada de IMI é de 0,32 %. -----

Sobre o ponto 2 Famílias numerosas. -----

Esta é a proposta da desigualdade! -----

No nosso entender a justiça fiscal deve fazer-se essencialmente através do IRS, um imposto progressivo, onde quem mais ganha mais paga. E onde, aí sim, é também ponderada dimensão do agregado familiar. -----

Não faz qualquer sentido oferecer uma bonificação de 70 € no IMI sem qualquer critério. Achar que faz diferença 70 € de desconto a uma família com rendimento mensal de 5.000,00 €? Muito provavelmente não. Mas a famílias com 2 ou 1 filho com rendimentos mensais de 1.000 € já faria. Qual é aí a bonificação que o executivo propõe? Pois é.... 0 € de bonificação. -----

Mas muito provavelmente uma família com um rendimento mensal de 1000,00 € com 1 ou 2 filhos que paga a sua prestação mensal ao banco, uma redução de IMI certamente daria jeito. -

Pelo contrário, famílias com rendimentos mensais acima de 2.000 ou 2500 euros €, ou com imóveis de valor patrimonial acima dos 100.000,00 € pensamos que não fará sentido beneficiarem da bonificação da redução da taxa de IMI. -----

Mas afinal falamos de uma cidade para as pessoas ou será só para algumas pessoas? -----

Pensamos que não será assim que se combatem as desigualdades. Defendemos igualdade, mas com critério --- e os critérios justos já incidem no IRS familiar. -----

Além disto, esta proposta apreço-nos sem qualquer previsão do universo de incidência, ou seja, não se sabe a quantas famílias se aplicará. Provavelmente a um número irrelevante. No fundo, além de injusta serve mais para propaganda do que outra coisa. -----

Finalmente, sobre o ponto 4 -----

Concordamos com a isenção de IMI para a reabilitação urbana, mas mais uma vez achamos que se está a criar desigualdades entre a população ao só atribuir isenção em zonas ARU. Os direitos. Os deveres e as obrigações deverão ser iguais para todos. Defendemos a propomos que a isenção de IMI para a reabilitação urbana deverá ser alargada a todos os imóveis da cidade. O N.º7 do artigo 71 EBF não menciona que a isenção só seja aplicada em zonas ARU. –

**Rosa Teixeira**, procedeu à leitura da seguinte intervenção: “Pretendíamos que fosse mais além, que o IMI para as famílias fosse uma realidade em todos os escalões, que houvesse uma maior discriminação positiva a quem tem filhos, a quem tem uma família. As famílias são a base da nossa sociedade. Se queremos apoiar as famílias para que a nossa cidade cresça seria este ponto bastante interessante de contemplar. -----

Não o sendo, esperamos que o diferencial entre a aplicação de todos os escalões e este modelo adotado seja novamente injetado na economia local e nas famílias como o foi este último ano, apoiando as famílias na compra do material escolar.” -----

Após várias intervenções sobre a proposta, não foi possível transcrever as intervenções face à péssima gravação. -----

### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA**

A proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria, com vinte votos contra, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social democrata, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática

---

Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos a favor do Bloco de Esquerda. -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação o ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS** -----

O ponto número dois “**Discussão e votação do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2018**” foi aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social democrata, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três votos contra do Bloco de Esquerda. -----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS** -----

#### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA O ANO DE 2018** -----

**Fátima Roldão** apresentou a seguinte Proposta de Recomendação: -----  
**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

A proposta de derrama para 2018, com uma taxa de 1,5 % sobre o lucro das empresas, contem mecanismos de minoração do valor do imposto para as empresas que criem postos de trabalho, nomeadamente redução de 1/3 pra empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35 % (inclusive) sobre o número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior; redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36 % e 75% (inclusive) sobre o número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior; redução de 3/3 para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75 % sobre o número de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior. -----

Rendo em atenção que no contexto económico e sociológico do nosso concelho esta medida não produz quaisquer efeitos práticos e se fica apenas pela mera atenção, sem adequabilidade efetiva às necessidades e dificuldades das empresas, propomos que seja introduzida uma nova medida para as pequenas e médias empresas que se traduzirá na isenção de derrama para todas as empresas cujo volume de negócios não ultrapasse os 150 000 euros. -----

Também **Rosa Teixeira** apresentou uma Proposta de Recomendação: -----  
**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----  
**ISENÇÕES À DERRAMA** -----

**«Vem recomendar que o município adote uma isenção da derrama para as empresas que se queiram fixar na nossa cidade, durante o período inicial de 3 anos .....»** -----

A taxa de derrama proposta para 2018, é de 1,5% sobre o lucro das empresas, e contempla reduções da mesma para quem crie postos de trabalho. -----

Esta medida não tem sido utilizada pelas nossas empresas, o que reflete que esta redução não se enquadra, nem cria um real benefício para a nossa economia local.

O CDS-PP acredita que esta redução deve ser contemplada de forma a incentivar a criação de postos de trabalho, mas acreditamos que devemos incentivar aqueles que acreditam no nosso município, para aqui constituírem a sua empresa. Acreditamos que a derrama deve ser um fator diferenciador para o investidor, ou empreendedor do nosso município, ou que se pretenda fixar no nosso município. -----

É com este pressuposto que o CDS-PP vem recomendar que o município adote uma isenção da derrama para as empresas que se queiram fixar na nossa cidade, durante o período inicial de 3 anos após o início de atividade da mesma. -----



---

**António Mascarenhas**, referiu que o PSD apoia a proposta do Bloco de Esquerda. -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à votação o ponto número três da ordem dos trabalhos. -----

### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS** -----

O ponto número três, “**Discussão e Votação do Lançamento de uma Derrama para o ano de 2018**” foi aprovado por maioria com treze votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, sete votos contra, sendo seis votos do Partido Social Democrata e um voto da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

Passou-se de imediato à votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

A Proposta de Recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, dez votos a favor, sendo seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e um voto da Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**, para se pronunciar sobre a Proposta de Recomendação do CDS-PP: -----

“Independentemente do mérito ou demérito da substância da recomendação, até admito a boa intenção dos propósitos, o facto é que a lei não acolhe esta modelação na aplicação da derrama. -----

A lei apenas permite a aplicação de uma taxa mais reduzida para empresas cujo valor de negócios é inferior a 150 mil euros. Não prevê a possibilidade de isenções por 3 anos. Nem aliás poderia prever, pois a taxa seja ela qual for, é fixada ano a ano unicamente para o ano seguinte. -----

Portanto, como está, sendo legalmente inaplicável, pela nossa parte só poderemos votar contra.” -----

Passou-se de seguida à votação da Proposta de Recomendação, apresentada pelo CDS-PP. -----

### **VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO** -----

A Proposta de Recomendação apresentada pelo CDS-PP, foi aprovada por maioria com treze votos contra, sendo dez votos do Partido Socialista, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda e um voto da Coligação Democrática Unitária. -----

O Partido Social Democrata apresentou a seguinte declaração de voto: -----

### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

“A bancada do PSD, não aprova a proposta do Executivo porque: -----

O objetivo primeiro deste Plano seria o incentivo para as empresas poderem criar postos de trabalho. -----

Após ter sido implementada, não teve qualquer resultado, visto que nos últimos cinco anos, nenhuma empresa surgiu elegível para esse incentivo. -----

Julgamos ser mais realista e apropriado, seguir caminho diferente, com idêntico objetivo da criação de emprego, isentando de pagamento dessa taxa de derrama, as empresas com resultados positivos, até um valor que se entenda razoável e realista para o Orçamento da Autarquia e motivador para a empresa.” -----

---

**PONTO NÚMERO QUATRO** -----  
**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS A LIQUIDAR EM 2018** -----

Pediu a palavra **Carlos Matias**, que leu a seguinte intervenção: “Tal como o Bloco de Esquerda tem afirmado reiteradamente ---ainda há pouco o fizemos---, apesar da enorme carga fiscal, o IRS ainda é o imposto mais justo, pois incide de forma direta nos rendimentos dos singulares, atende à dimensão dos agregados familiares e é progressivo. -----

Defendemos que a redução da carga fiscal deve incidir predominantemente em impostos indiretos e noutras rubricas do orçamento (quer de Estado, quer municipal). ---

Assim, somos favoráveis à recolha dos 5% do IRS a que o município tem direito. -----

Também **Rosa Teixeira** leu a seguinte intervenção: “Somos pela baixa de imposto, mas que também somos pelo equilíbrio das contas públicas e nesse sentido somos favoráveis a esta taxa, mas reconhecemos que se consiga no próximo ano efetuar poupança em áreas diversas para que se possa pensar numa baixa futura desta taxa.” ----

Não foi possível transcrever a intervenção de António Miguel por deficiência na gravação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO** -----

O ponto número quatro “**Discussão e Votação da Participação Variável do IRS a liquidar em 2018**”, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

**PONTO NÚMERO CINCO** -----  
**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A ESCOLA DAS TÍLIAS** -----

Pediu a palavra **António Mascarenhas**: “Não sei bem se o título deste ponto corresponde àquilo que é solicitado pela câmara municipal. -----

A carta que o executivo dirigiu à assembleia, refere duas questões, a minuta do Acordo de Cumprimento, relativo ao Contrato-Promessa de Permuta, que não está aprovada e a autorização para a assunção de compromissos plurianuais para a respetiva despesa.” -----

Referiu **Mário Balsa**: “Queria deixar bem claro, que não se trata de uma alteração à ordem dos trabalhos, mas sim uma clarificação ao ponto da ordem dos trabalhos. -----

O Partido Socialista propõe que dentro deste ponto se façam duas votações seguidas, uma a aprovar a minuta do Acordo de Cumprimento e a outra a aprovar a autorização de compromisso. -----

Coloca-se à votação, para a assembleia permitir esta clarificação dentro do ponto que está redigido.” -----

Continuou **Rosa Teixeira**, que referiu: “É o manter de um edifício emblemático na nossa cidade e que seria dispendioso se fosse aplicado o contrato, tanto a nível financeiro como a nível arquitetónico. Só lamentar que não haja um empenho tão grande pelo liceu Camões, como houve por esta escola.” -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs à votação a alteração do texto referente ao ponto número cinco da ordem dos trabalhos, o qual passará a ter a seguinte redação: **aprovação minuta do Acordo de Cumprimento**,

---

**relativo ao Contrato-Promessa de Permuta e autorização prévia para assunção de compromissos plurianual para a Escola das Tílias.** -----

**VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO TEXTO DO PONTO NÚMERO CINCO DA ORDEM DOS TRABALHOS**-----

A alteração do texto referente ao ponto número cinco da ordem dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, colocou à votação o ponto número cinco da ordem dos trabalhos, com a alteração aprovada anteriormente. -----

**VOTAÇÃO PRIMEIRO TEXTO DO PONTO NÚMERO CINCO**-----

O primeiro texto do ponto número cinco, **minuta do Acordo de Cumprimento, relativo ao Contrato-Promessa de Permuta celebrado a 07 de março de 2012 e adenda celebrada a 13 de novembro de 2012, documentos aprovados pela Assembleia Municipal nas sessões de 27 de abril e 20 de dezembro de 2012.** foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

O **Partido Social Democrata** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

*“Aprovamos a ata para cumprimento do contrato de promessa de permuta. -----*

*Aprovamos a autorização de compromisso plurianual com a condição de que deverão ser integralmente satisfeitas as perguntas do Tribunal de Contas, que são essenciais, com vista ao cumprimento definitivo do contrato.” -----*

Também o **Bloco de Esquerda** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

**VOTAÇÃO SEGUNDO TEXTO DO PONTO NÚMERO CINCO**-----

O segundo texto ponto número cinco, **Autorização para a assunção de compromissos plurianuais para a respetiva despesa,** foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

Também o **Bloco de Esquerda** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO E ABSTENÇÃO NOS DOIS PONTOS QUE ACABÁMOS DE VOTAR**-----

*“Não votámos contra porque somos favoráveis à abertura de uma nova grande praça no coração da freguesia, um novo espaço de que a cidade está muito carenciada.*

*Abstivemo-nos porque a solução apresentada vai ao encontro apenas da necessidade de disponibilizar os lotes envolvidos com a negociação do terreno para a Escola Básica do Bonito. -----*

*A localização no centro da cidade, a memória da Escola das Tílias, a inclusão da Igreja de Nossa Senhora de Fátima e a proximidade dos bairros sociais que marcam a vida do Entroncamento desde há muitos anos, justificariam a elaboração de um plano de pormenor que enquadrasse toda a zona e os elementos patrimoniais nela inscritos. --*

*Por outro lado, o elevado montante despendido só na elaboração do loteamento, levanta-nos dúvidas se não seria útil reanalisar os termos deste processo.”*

**PONTO NÚMERO SEIS** -----  
**AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL PARA O CINE-TEATRO S. JOÃO** -----

Pediu a palavra **Carlos Matias** que procedeu à leitura do seguinte documento: “Regoziamo-nos pelo facto de finalmente, ao fim de tantos anos de adiamentos e de promessas incumpridas, vá para a frente a recuperação do Cine-Teatro S. João. -----

É a devolução à cidade de uma infraestrutura básica, para que a cidade possa viver a cultura nas suas expressões mais diversas. -----

É, além disto, e para mérito de nós, mais velhos o regresso a um local de memórias impressionantes, boas ou más --- quase sempre boas. -----

Recuperado o S. João, haverá que enfrentar o desafio de dotá-lo de uma programação digna e variada, que ultrapasse a estreiteza do que se vem fazendo. Esse desafio ficará para mais tarde. -----

Por agora, aprovaremos esta proposta com convicção.” -----

Houve ainda intervenções de Mário Balsa e Manuel João, que não foi possível transcrever por deficiência na gravação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS** -----

O ponto número seis “**Autorização Prévia para Assunção de Compromisso Plurianual para o Cine-Teatro S. João**” foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

**PONTO NÚMERO SETE** -----  
**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ARU3 – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO** -----

Pediu a palavra **António Mascarenhas** que procedeu à leitura do seguinte documento: “A bancada do PSD vota contra a proposta. -----  
Esta proposta deverá incluir o Bairro da Liberdade. Este bairro histórico para a Cidade é uma zona residencial a reabilitar com critério tendo em conta o modelo arquitetónico padrão das residências e da sua distribuição espacial. O seu nome – da Liberdade, representa para nós o maior dos valores e deverá alertar-nos para este ex-libris da cidade não ser deixado para trás no processo de reabilitação urbana.” -----

Houve ainda intervenções de Teresa Mainha e do Senhor Presidente da Câmara, que não foi possível transcrever por deficiência na gravação. -----

**VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE** -----

O ponto número sete “**Discussão e Votação da Alteração de Delimitação da ARU3 – Área de Reabilitação Urbana do Concelho do Entroncamento**” foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra do Partido Social Democrata. -----

**PONTO NÚMERO OITO** -----  
**DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO – TRANSFERÊNCIA DE INFRAESTRUTURAS ENTRE O MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO E AS ÁGUAS DO VALE DO TEJO, SA** -----

Pediu a palavra **Rosa Teixeira**, para referir que é um acordo bastante positivo para as finanças do município e que só poderiam votar a favor. -----

**Teresa Mainha** referiu que não concordava com a proposta e que iria votar contra. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO OITO** -----

O ponto número oito “**Discussão e Votação da Minuta de Acordo – Transferência de Infraestruturas entre o Município do Entroncamento e as Águas do Vale do Tejo, SA**” foi aprovado por maioria, com dezanove votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, um voto contra da Coligação Democrática Unitária e três abstenções do Bloco de Esquerda. -----

#### **PONTO NÚMERO NOVE** -----

#### **ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO** -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, procedeu à leitura do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, tendo afirmado que o nosso município se integra na alínea b) do nº 1, ou seja, quatro membros. -----

Por ordem de receção chegaram três listas à mesa. -----

A primeira lista apresentada foi a do Bloco de Esquerda, que apresenta dois candidatos, designada por lista A. -----

Pedro Miguel da Silva Santos (efetivo) -----

Carlos Manuel Godinho Matias (suplente) -----

A lista B subscrita pelo Partido Socialista e Centro Democrático Social apresenta como membros efetivos: -----

Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes (efetivo); -----

Mário André Balsa Gonçalves (efetivo); -----

Rosa Teresa Alexandre Teixeira (efetivo); -----

Lúcia Dias Abelha (Suplente); -----

Carlos Belo Duarte Alfaia (Suplente); -----

Liliana Patrícia Gomes Rodrigues (Suplente). -----

A lista C subscrita pelo Partido Social Democrata, apresenta como membros efetivos: -----

António José Maia Mascarenhas (efetivo); -----

Manuel João Pires Faria (suplente); -----

Maria João Gil Santos Grácio (suplente); -----

Carlos Alberto Alves da Silva (suplente); -----

Fernando Adelino Soares Barroso (suplente); -----

Susana Paula Matos Vieira Cruz (suplente). -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins de voto na urna. -----

#### **VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO NOVE** -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número nove da ordem dos trabalhos, obteve a seguinte votação: -----

Lista A – três votos; -----

Lista B – onze votos; -----

Lista C – seis votos; -----

Um voto em branco. -----

---

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “De acordo com o método de Hondt, são eleitos três membros da lista apresentada pelo Partido Socialista e Centro Democrático Social e um membro da lista apresentada pelo Partido Social Democrata. -----

**PONTO NÚMERO DEZ** -----

**ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, NO XXIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES** -----

Interveio o senhor **Ezequiel Estrada**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para referir que esteve presente no último Congresso da ANMP, e que agora deveria estar presente o senhor Rui Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista. -----

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins de voto na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número dez obteve a seguinte votação: -----

Catorze votos a favor de Rui Maurício; -----

Oito votos em branco; -----

Um voto nulo. -----

**PONTO NÚMERO ONZE** -----

**DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DO ENTRONCAMENTO** -----

O PSD apresentou a seguinte proposta: “Tendo esta bancada um Engenheiro Civil, António Mascarenhas, com experiência no planeamento de infraestruturas, bem como na chefia e direção de programas, projetos e obras, a bancada do PSD propõe o seu nome para representante desta Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM do Entroncamento” -----

O Partido Socialista propôs o deputado António Miguel, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM do Entroncamento. -----

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins de voto na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número onze obteve a seguinte votação: -----

Treze votos a favor de António Manuel Henriques Miguel; -----

Seis votos a favor de António José Maia Mascarenhas; -----

Um voto a favor de Pedro Miguel da Silva Santos; -----

Três votos em Branco. -----

**PONTO NÚMERO DOZE** -----

**DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES MÉDIO TEJO** -----

O PSD apresentou a seguinte proposta: “O Manuel Faria foi docente na Faculdade de Ciências Médicas – Instituto de Formação Médica para os cursos de Gestão e Unidade de Saúde destinada exclusivamente a médicos clínicos gestores, já trabalhou em alguns hospitais de referência como o Hospital Egas Moniz, e para algumas das farmacêuticas de referencia no nosso país, como a Hovione, a Generis, a Johnson & Johnson e empresas privadas do setor da saúde. -----

Conhece a realidade local e os principais desafios atuais e futuro dos serviços de saúde da cidade. -----

Pelo referido, sugerimos o Manuel Faria para representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo”. -----

O Partido Socialista propôs o deputado Carlos Belo Duarte Alfaia, como representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Médio Tejo. -----

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins de voto na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número doze obteve a seguinte votação: -----

Treze votos a favor de Carlos Belo Duarte Alfaia; -----

Sete votos a favor de Manuel João Pires Faria; -----

Três votos em Branco. -----

#### **PONTO NÚMERO TREZE** -----

#### **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DO ENTRONCAMENTO** -----

Não existindo nenhuma proposta de alteração ao Regulamento, o senhor Presidente da Assembleia, colocou a manutenção do regulamento à votação. -----

O ponto número treze “**Discussão e Votação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança do Entroncamento**” foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

#### **PONTO NÚMERO CATORZE** -----

#### **DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS** -----

Rosa Teixeira propôs voto secreto em urna. Uma lista com todos os nomes propostos e cada membro vota em 4 nomes. -----

O Partido Social Democrata, propôs Cristina Medinas, para representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

O Partido Socialista, propôs Fernanda Alves e Lúcia Abelha, como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

O Bloco de Esquerda, propôs Helena Lage, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

O Centro Democrático Social, propôs Catarina Gonçalves, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

A Coligação Democrática Unitária, propôs Telma Jorge, como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. -----

Este ponto motivou uma longa discussão quer sobre a intenção de votar os nomes apresentados uma vez que a ordem do dia referia “Designação dos representantes” e não “Votação” quer sobre o método de votação. O PSD defendeu que por não estar incluída na ordem do dia a eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, mas sim a designação, e, ainda, lembrado o que tinha sido combinado na reunião da Comissão Permanente não deveria a questão ser decidida por votação. Colocada a questão, o Presidente da Assembleia decidiu prosseguir a reunião e avançou para a eleição para o que foi elaborado um voto contendo os seis nomes propostos pelos partidos, votando cada

---

membro em quatro nomes, sendo que, os quatro nomes mais votados, serão os designados como representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins de voto na urna. -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número catorze obteve a seguinte votação: -----

Dezassete votos a favor de Lúcia Abelha; -----

Dezassete votos a favor de Helena Lage; -----

Quinze votos a favor de Fernanda Alves; -----

Doze votos a favor de Catarina Gonçalves; -----

Sete votos a favor de Cristina Medinas; -----

Três votos a favor de Telma Jorge. -----

Face ao resultado da votação, foram designadas para representar a Assembleia Municipal, os seguintes membros: -----

Lúcia Abelha, Helena Lage, Fernanda Alves e Catarina Gonçalves. -----

António Mascarenhas apresentou a seguinte declaração de voto: -----

#### **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

“Não sendo claro o modelo a seguir na designação dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJ a Bancada do PSD propõe que seja analisado na comissão permanente, o modelo seguido para a eleição dos representantes na CIMT ou seja uma eleição por listas e com aplicação do método de Hondt.”. -----

#### **PONTO NÚMERO QUINZE** -----

#### **APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO** -----

**Rosa Teixeira** procedeu à leitura do seguinte: “O CDS sugere que seja colocada uma passadeira junto ao Restaurante Flor de Sal, na passagem da Rua Adelaide Cabete, para a Rua da Maruja, porque é uma zona de acesso ao Lidl, principalmente à hora de almoço em que existem muitos alunos da escola secundária que vão às compras e já existiram atropelamentos neste local.” -----

Existiram ainda intervenções de Carlos Matias e Fátima Roldão, que devido à péssima gravação, não é possível transcrever as referidas intervenções. -----

Pelo mesmo motivo, também não foi transcrever a resposta do senhor Presidente da Câmara. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era uma hora e vinte minutos, do dia dezoito de novembro de dois mil e dezassete. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária:



